

Ministério do Meio Ambiente
Diretoria de Educação Ambiental

PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA FORMAÇÃO DE
EDUCADORES AMBIENTAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-P.P.P.

SUMÁRIO

item	página
APRESENTAÇÃO	
O que é um Projeto Político Pedagógico	
Um PPP para a Formação de Educadores	
Marco Conceitual Base	
Marco Situacional Base	

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a concepção e a metodologia para gestão do projeto político pedagógico da formação de educadores.

O que é um Projeto Político Pedagógico

Um projeto político pedagógico consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização.

Uma pedagogia pressupõe um projeto societário, um projeto de ser humano. Este projeto pode ser democrático ou não, a depender da concepção de sociedade e sujeitos sociais que se tem. . O percurso da formulação do PPP pode, em tese, ser centralizado em um indivíduo ou grupo o que o caracterizaria como um PPP autoritário, ainda que seu conteúdo se diga democrático. Ser construído de forma participativa é portanto mais que uma característica deste processo, mas antes de tudo um princípio político de extrema importância.

O PPP não é um produto, uma cartilha normatizadora, PPP é processo de gestão contínua orientada pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. Este grupo é representativo, legitimado e sensível às demandas do contexto representado. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É portanto um documento identitário, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos.

Um PPP, em linhas gerais, é constituído de três Marcos, o **Conceitual**, o **Situacional** e o **Operacional**.

O **Marco Conceitual** contém a idealização, o sonho de futuro, os princípios e valores, a ética, a concepção de sociedade e de ser humano partilhada pelo grupo. O Marco

Conceitual é o elemento menos volátil, menos dinâmico do PPP, por isso deve ser construído com a máxima profundidade possível, evitando-se à comodidade dos chavões, as proposições feitas devem ser refletidas, significadas, apropriadas profundamente pelo grupo.

O **Marco Situacional** refere-se às características presentes do contexto, um diagnóstico da realidade sócio-educacional local. Um diagnóstico que deve ser pensado como ponto de partida para a realização de planos de trabalho não apenas no sentido "curativo", mas também "preventivo". Neste campo cabe-nos uma reflexão cuidadosa, há algumas tendências em relação ao processo e aos produtos do Marco Situacional que conduzem a uma grande "entropia" do Marco Operacional que termina perdendo o nexos lógico com o Marco Conceitual. O Marco Situacional se torna tão acachapante que parece que ainda não podemos dialogar com o sonho do Marco Conceitual pois a superação da Situação se impõe na operação de curto e médio prazo, entendendo melhor:

1. Tratar o Marco Situacional como conjunto de lamúrias sobre as ausências do contexto, estas lamúrias tendem a induzir um tipo de "lista de compras" e de tarefas no Marco Operacional;
2. Tratar o Marco Situacional como óbvio, "todo mundo sabe qual é o problema", esta dita obviedade compromete o holismo e a complexidade do Marco Situacional, não se percebe de modo sistêmico a problemática e ainda se assume como óbvio que o espaço da educação é tão somente a escola e que esta deveria ser concebida tal qual aparece nas novelas globais;
3. Tratar o Marco Situacional como percepção da negatividade ignora as experiências socioeducacionais disponíveis, as capacidades latentes e torna o Marco Operacional um processo profundamente dependente de intervenções externas ao contexto.

O Marco Situacional para se tornar operacional é a conexão entre o Marco Conceitual e o Operacional, ele é construído no contexto de uma Oficina de Futuro composta por problemas (e a interpretação destes), dos sonhos (e também da interpretação destes) e das potencialidades associando estes elementos a uma análise conjuntural mais ampla (Mundo-Brasil-Pantanal-Região-Município), análise histórica, estrutural que permite entender os problemas vividos, os sonhos idealizados e as possibilidades dos caminhos delineados.

O Marco **Operacional** deve ser o planejamento objetivo das estratégias e ações a serem desenvolvidas, decorre de uma análise que contempla Marco Situacional e Conceitual ao mesmo tempo. O Marco Operacional deve ser detalhado ao nível do cotidiano, se possível, para que cada indivíduo envolvido saiba o que deve fazer na "segunda-feira". Um bom Marco Operacional tem seu Sul no Marco Conceitual e não no Situacional, o Marco Situacional é o ponto de partida mas o seu "inverso" não é o ponto de chegada.

A elaboração de um PPP democrático ocorre em instâncias e momentos de participação representativos, legítimos, transparentes e dialógicos. Invariavelmente tais momentos

exigem uma mediação que possibilite a objetivação pari passo ao aprofundamento interpretativo e crítico das proposições, há a necessidade de uma desinstrumentalização dos preconceitos, do reconhecimento e valorização das diferentes contribuições e experiências da totalidade dos participantes. É importante que este processo alcance os sujeitos sociais como um todo, que este processo não se torne uma expressão burocrática onde apenas os técnicos tenham acesso. É um **planejamento participativo** que discute planos de construção sócio-educacional que afetam toda a comunidade, desta forma, deve ser por ela apropriado. Um documento como este **nunca fica pronto**, ele é uma dinâmica e deve ser re avaliado e reconstruído a partir de um tempo pré definido pelo grupo.

Marco Conceitual Base

FUNDAMENTOS DA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORAS(ES) AMBIENTAIS DA DEA/MMA

1. Educação de educadoras(es):

Um processo de educação ambiental visa formar educadoras(es) ambientais e não simples e pré-escritas pessoas ambientalmente educadas. O objetivo não é adequar o comportamento das(os) educandas(os) a um padrão pré-existente, definido externamente como sendo ambiental ou politicamente correto. O conteúdo das mudanças de procedimento, atitude, comportamento, opção política, escolhas enquanto consumidor, enquanto produtor, as modificações tecnológicas, deve ser definido com ou a partir das(os) educandas(os), imersos em seu contexto cultural, político, ambiental. A relação educador(a)-educanda(o) é um encontro de saberes, um diálogo democrático sobre a realidade vivida, não há saberes mais importantes, não há hierarquia de conhecimentos. Esta concepção libertária de educação emana de Paulo Freire, da Educação Popular, das práticas educacionais dos Movimentos Sociais e de outros educadores e teóricos sociais e do ambientalismo, seu fundamento político é a Democracia Radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição do futuro e à construção da sua realidade e o desafio para esta educação passa pela emancipação de dominados e domindores, explorados e exploradores.

2. Liderança democrática ou Vanguarda que se auto-anula:

As(os) Educadoras(es) Ambientais desempenham um papel de liderança na medida em que intencionalmente deflagram processos reflexivos, na medida em que estão inconformadas(os) com a realidade tal qual se apresenta, na medida em que estão vendo aspectos e alternativas que os demais talvez não estejam percebendo ou talvez

simplesmente não acreditem que possam fazer frente ao que está estabelecido. Este papel de liderança deve ser entendido dentro do marco da democracia radical, dentro da perspectiva de que todas(os) têm direito e devem participar da definição do futuro. A concepção de vanguarda que se auto-anula, sugerida por Boaventura de Sousa Santos, não significa que esta(e) educador(a) ambiental desaparece do cenário mas tão somente que deseja e busca a perda da própria centralidade, inegável no início do processo mas que deve propiciar a emergência de novas lideranças. O futuro desejado é um contexto no qual os diversos processos transformadores da realidade socioambiental encontram diferentes lideranças, a cada momento.

3. Intervenção educacional crítica e emancipatória:

Atendendo aos dois fundamentos anteriores o processo de formação de educadoras (es) ambientais não consiste no acúmulo de conhecimentos, o eixo da aprendizagem não é uma "grade curricular" repleta de saberes mas principalmente um processo de potencialização dos indivíduos e grupos para realização de intervenções socioambientais reflexivas, educacionais, críticas e emancipatórias. Deve desenvolver um diálogo interpretativo a partir das distintas leituras da realidade vivenciada, da enunciação do futuro desejado e da formulação das distintas propostas, projetos, ações, estudos para enfrentar problemáticas (dentro do marco da complexidade) e para buscar o futuro desejado.

4. Formação de coletivos de Pesquisa-Ação-Participante (ou Pessoas que Aprendem Participativamente):

As(os) educadoras(es) ambientais devem encontrar no coletivo seu espaço de ação, de vida política (*vitae activa* em Arendt), de reflexão. A formação de coletivos é um fundamento da proposta por entendermos que toda(o) educador(a) ambiental, vive intensamente a condição humana (segundo Arendt) de "inter homines esse", ou seja, de estar entre humanos. Um(a) educador(a) entre educadoras(es). O foco nos coletivos locais deve-se ao seu reconhecimento como sujeitos protagonistas do contexto e de seu conhecimento profundo da realidade, dos valores que a permeiam e das práticas sociais correntes. Estes coletivos se qualificam por várias características interdependentes, são um grupo de encontro (tem prazer em estar junto), um grupo de reflexão e um grupo de ação. Teoricamente encontramos qualificação na pesquisa-ação (Kurt Lewin, Thiollent, Barbier), na pesquisa participante (Brandão), na idéia de Laboratório Social (Lewin), na Comunidade Interpretativa (Boaventura e Habermas). Em resumo são grupos que se tornam coletivos identitários, pesquisadores, críticos e ativos no seu contexto social. A qualidade do diálogo dentro deste coletivo tem por referencial a situação linguística ideal de Habermas, na qual os preconceitos se desinstrumentalizam, na qual impera o desejo da emancipação individual e coletiva, na qual todos se expressam buscando superar os impedimentos objetivos e subjetivos à comunicação livre. A estes coletivos

temos denominado grupos PAP (Pesquisa-Ação Participante). Os PAP1 e 2 são formados por representantes de instituições que se colocam o desafio de atuarem na formação de pessoas educadoras que se constituam como PAP3 e se coloquem a missão de formar grupos de pessoas educadoras aglutinadas nos grupos PAP4 e assim por diante.

5. Articulação de coletivos de Pesquisa-ação:

Os coletivos PAP encontram limites para sua ação, para o acesso a informações, para a intervenção em políticas públicas. Estes limites só são superáveis pela articulação destes coletivos na perspectiva de rede, ou seja, PAP2,3,4 se conectam de múltiplas formas. Prevemos um espaço/momento chamado Observatório da Formação de educadoras(es) Ambientais no qual estes diversos coletivos articulam conhecimentos, experiências, metodologias para se avaliarem, para sistematizarem informações, para formularem propostas políticas, para incrementarem o rol de possibilidades de troca entre os coletivos. Esta articulação que entendemos como Observatório em Rede (de coletivos) ou como Rede de Observatórios se torna a interlocutora das políticas públicas nos diferentes níveis de poder.

6. Auto-gestão e continuidade do processo educativo:

O cardápio de opções formativas é a base para a continuidade e a auto-gestão do processo educativo. O cardápio é uma lista que pode ser acessada pelos coletivos, ou mesmo individualmente, pelas(os) educadoras(es) ambientais. O exercício com a gestão do próprio processo formativo através do cardápio deve se iniciar a partir da formação dos PAP. Cada curso, cada processo formativo deve ter um currículo centrado na Práxis, os conteúdos devem ser acessados, optados conforme a práxis do coletivo exige. O rol de disciplinas de uma instituição de ensino deve fazer parte do cardápio de conteúdos, o coletivo educando pode, entretanto, optar por nenhuma delas caso perceba mais pertinente outras formas de apoio à sua ação-reflexão. O processo de atuação do PAP deve permitir a elaboração de um plano de educação continuada.

7. Multiplicidade de espaços e vias educadoras:

O senso comum nos faz pensar no encontro presencial de sala de aula como o único momento da educação. Na perspectiva desta proposta a educação faz parte da vida e como tal deve estar planejada para diferentes espaços e vias. É desejável que a educação seja tanto presencial quanto à distância e difusa. O cardápio deve ser disponibilizado por diferentes vias, como oficinas, cursos presenciais, textos, programas radiofônicos, de TV... É, ou pode ser, educadora não só a sala de aula mas também um viveiro, uma trilha interpretativa ecológica rural ou urbana, uma mostra fotográfica, uma faixa de pedestres, um Centro de Educação Ambiental. Esta multiplicidade é condição para a continuidade e auto-gestão do processo formativo

que não seria possível se só contemplássemos a educação no encontro presencial, em sala de aula, entre educador(a) e educanda(o).

8. Diálogo com experiências sociais disponíveis de enfrentamento da problemática socioambiental:

A Educação Ambiental tem por principal riqueza ser um campo aberto, em permanente construção, assim sendo a educação ambiental sempre se alimentou, a partir do debate ambientalista, de diversos campos do conhecimento, da sociologia à ecologia, da psicologia à economia, da pedagogia à ciência política, à antropologia. Esta certa antropofagia da educação ambiental tem fortalecido suas práticas, suas reflexões. No entender da Proposta Política em questão a Educação Ambiental deve efetivamente incorporar este diálogo no âmbito das práticas sociais. Boaventura de Sousa Santos acusa a modernidade de ter restringido o presente (só podemos nos adequar se formos ou fizermos um rol muito restrito de opções de ser, fazer, consumir, produzir) e alargado o futuro (como se a grandiosidade deste prescindisse de uma enunciação particular). À Educação Ambiental cumpre fazer aquilo que Boaventura denomina de "Sociologia das Ausências" e que pode ser entendido como o reconhecimento, o entendimento e a valorização de todo o conjunto de experiências sociais disponíveis. Tudo aquilo que estiver sendo feito, a agroecologia, os grupos ambientalistas, os grupos de jovens, de mulheres, as receitas alternativas, as plantas medicinais, os grupos de auto-construção, os mutirões; aquilo que parecia anacrônico, arcaico, como cozinhar com lenha, plantar feijão e milho casado, o Cosme e Damião. Tantas experiências que devem ser alimento para as práticas da educação ambiental, tantos sujeitos que devem ser entendidos como sujeitos da educação ambiental. A educação ambiental em qualquer contexto não pode negar sua essência dialógica e desvelar práticas prescritivas, a(o) educador(a) ambiental deve ser um(a) facilitador(a) mediador(a) do alargamento do presente através da sociologia das ausências que ao invés de sugerir a forma certa de ser e estar no mundo lerá na realidade o conjunto de opções que permite a construção do futuro desejado. Exige mapeamento das mesmas e consequente diagnóstico participativo. O mapeamento é uma etapa que busca uma leitura mais descritiva dos processos e menos valorativa, o diagnóstico, numa segunda etapa consiste no julgamento ético (certo ou errado), político (bom ou ruim) e estético (bonito ou feio) para cada pessoa e grupo social. Este diagnóstico deve estar acompanhado de um processo de reflexão e interpretação do que se define como problema e do que se define como desejável.

9. Arquitetura da Capilaridade:

Todas(os) as(os) brasileiras(os) têm o direito de participar da definição do futuro do país. Cada pedaço deve se configurar de acordo com os desejos e as ações de 100% de seus integrantes. Este fundamento da proposta também é uma decorrência do princípio da participação ampla e irrestrita da democracia radical. A idéia da

participação de todas(os) não significa harmonia, ausência de conflito ou divergência de interesses mas que há por objetivo o equilíbrio dos poderes que conferem hoje, a uma minoria o direito de configurar todo um estado, bioma, município ou país.

A arquitetura da capilaridade é pensada em cada contexto, tem por objetivo ter educadoras(es) ambientais atuando em toda a sua diversidade, cada cidadã ou cidadão poderá estar em contato com um(a) educador(a) ambiental, qualquer cidadã ou cidadão pode participar de um coletivo de reflexão sobre a sua realidade, seja no âmbito do trabalho, do bairro, da comunidade. Para que isso ocorra a arquitetura da capilaridade se inicia no PAP2, que contém as pessoas das instituições formadoras, o interlocutor a priori do PAP2 é o PAP3, grupos de educandas(os) compostos por pessoas com grande capacidade de comunicação e de capilaridade, são lideranças comunitárias, técnicos de ONGs, Agentes de Saúde, Sindicalistas, Agentes de Pastorais. As(os) educadoras(es) dos grupos PAP3 mediarão e animarão os processos formativos dos grupos PAP4, compostos por pessoas que deverão congrega tal diversidade que permita o envolvimento de toda a população do contexto através das intervenções das(os) educadoras(es) dos grupos PAP4. O planejamento da arquitetura começa com a seleção dos indivíduos que comporão os grupos PAP3, é um momento chave e deve buscar a diversidade possível. O mapeamento das experiências sociais disponíveis permite que se perceba a existência de grupos de ação reflexão no contexto, que já vêm enfrentando a problemática, estes grupos já são possíveis PAP4, suas lideranças e técnicos das entidades que os vêm apoiando são possíveis componentes de grupos PAP3.

região	1.000.000 de pessoas	4.000 pessoas
PAP4	5.000 Educadores Ambientais Populares	200 Educadores Populares
PAP4	250 grupos de 20 Educadores Ambientais Populares	
PAP3	250 Formadores de Educadores Ambientais	10 Formadores
PAP3	5 a 7 grupos com 35 a 50 Formadores de Educadores Ambientais	
PAP2	5 A 7 sub-grupos PAP2	
PAP2	5 A 8 Educadores Ambientais de Instituições Formadoras por sub-grupo PAP2	
PAP2	25 a 50 Educadores Ambientais de Instituições Formadoras	1 Educador

região	1.000.000 de pessoas	4.000 pessoas
	Número indefinido de Instituições Formadoras	

A composição PAP2,3,4 é decorrência da leitura do mapeamento. Exige um processo seletivo cuidadoso dos PAP3, principalmente.

A composição do PAP2 começa com a articulação com as instituições regionais mais conhecidas e se aprofunda no próprio processo de mapeamento que estas instituições co-realizam como parte de seu processo pedagógico.

Em etapas posteriores entende-se que Educadores Ambientais Populares do PAP4 passam a atuar como Formadores de Educadores Ambientais Populares (PAP3), que Formadores de Educadores Ambientais (PAP3) passam a atuar como Educadores Ambientais formadores de formadores junto às instituições que participam do PAP2.

PROPORÇÃO: 1:10:200:4.000

1 PAP2-10PAP3

1PAP3-20PAP4

1PAP4-200pessoas

A formulação da arquitetura da capilaridade requer um mapeamento da realidade que entenda os sujeitos coletivos e individuais atuantes, a distribuição espacial dos mesmos no território e na população em função da sua segmentação (urbano-rural, étnica, socioeconômica, etária, de gênero, etc...).

Cabe destacar que o planejamento da arquitetura da capilaridade é condição para a definição da estratégia de seleção de educandos para cada processo.

10. Democratização e acessibilidade a informações e aos foros de participação:

As informações, os cardápios de conteúdos, os foros de participação criados não devem ser privatizados, são espaços e conhecimentos públicos. Deve haver, por parte das(os) educadoras(es) ambientais, dos coletivos, a busca por socializar práticas, debates e conhecimentos. Esta busca se efetiva na elaboração de peças de comunicação de massa, no planejamento de processos educacionais que abarquem todo o contexto, na disponibilização dos dados e informações em bases de dados públicas como o SIBEA. A democratização exigirá dos educandos e educadores processos de tradução (saber popular para saber técnico e vice-versa) e de transposição da mídia (de vídeo para texto, de áudio comum para MP3, de artigo científico para cartilha, de ofician presencial para vídeo, etc...). A disponibilização de informações em diferentes meios, diferentes mídias visa a sua acessibilidade amplamente democrática, desde o educando que atua dentro da Universidade ao ribeirinho que acessa menos meios eletrônicos.

CONCLUINDO...

A enunciação destes fundamentos, de forma didática, tem por objetivo facilitar o diálogo da proposta fundadora da política de formação de educadoras(es) ambientais

da DEA/MMA com propostas em andamento ou que aportam ao programa da DEA/MMA. Como muito bem interpretou Isabel Carvalho, a formação das(os) educadoras(es) ambientais brasileiras(os) percorreu inúmeras e diversas trajetórias, teve por porta de entrada diferentes origens profissionais, de militância política, estudantil, ambientalista. Após as quatro primeiras décadas (60, 70, 80, 90) de consistente e ampla formação de educadoras(es) ambientais começa, a partir, principalmente do final da década de 90, propostas que tentam resumir as trajetórias da formação e as práticas da educação ambiental em currículos formais, dentro das Universidades ou em ONGs e outras instituições que criaram cursos programados de formação. Estas experiências podem e devem dialogar com a proposta ora apresentada, para tanto devem observar os fundamentos acima como orientação para uma inserção autônoma e personificada no conjunto de princípios norteadores (suleadores...) da DEA/MMA.

Aspectos como seleção de participantes, rol de disciplinas, modalidades educacionais, eixos pedagógicos, metodologias poderão encontrar, neste breve conjunto de idéias, uma base para este diálogo.

Marco Situacional

As diretrizes para o aprofundamento do Marco Situacional já foram construídas e estarão apresentadas no Marco Conceitual. Claramente este aprofundamento tem duas vertentes:

1. A do conhecimento das pessoas, grupos, instituições e processos de formação de educadores ambientais reconhecidos e "auto"-percebidos como tal;
2. A do conhecimento das experiências de pessoas, grupos e experiências socioambientais no enfrentamento das problemáticas socioambientais de seus contextos, ainda que não se percebam como experiências educativas, socioeducativas, ambientais ou socioambientais.

A articulação destas duas vertentes de aprofundamento tem por objetivo exorcizar toda prática prescritiva da educação ambiental ao permitir que os grupos e indivíduos da educação ambiental *stricto sensu* estabeleçam um diálogo qualitativo e horizontal com outros grupos e indivíduos que também estão em busca da transformação da realidade socioambiental. Podemos entender esta proposta dentro da concepção da Sociologia das Ausências proposta pelo Boaventura de Sousa Santos e que permite um alargamento do presente pelo conhecimento, tradução e valorização de todo o conjunto das experiências sociais disponíveis.

ESTRUTURA PARA APROFUNDAMENTO DO MARCO SITUACIONAL

Questões/ Informações

- Identificação dos grupos sociais;
- Compreender a relações existentes entre os diversos grupos sociais das áreas pantaneiras;
- Sistematizar os bancos de dados georeferenciá-los (PCBAP, PDTUR, diagnostico da rede Aguapé, entre outros);
- Organizar em um banco de dados os projetos/ações de instituições;
- Levantar problemas com a participação das comunidades e potencializar ações;

1. Quem faz e onde faz Educação Ambiental? (pessoas de referência)
2. Dentro de qual projeto ou programa?
3. A qual público se destina? (pessoas de referência)
4. Qual o material produzido?
5. Quais projetos já foram realizados?
6. Quais são as demandas principais?
7. Fluxo de informação
8. Quais cursos de Educação Ambiental já ocorreram e que participou ?
9. Lendas e mitos existentes

- **ARQUITETURA DA CAPILARIDADE E ASPECTOS POPULACIONAIS**

Tipos de identidades possíveis no meio urbano e rural, com inclusão de georreferenciamento espacial e demográfico:

- Coletivos

- Sindicatos e Federações
- Redes, CIEAs
- Movimentos Sociais
- Fóruns coletivos (ex: Formad) e colegiados (ex: conselhos municipais)
- Associações, Cooperativas
- Grupos e instituições religiosas
- Ongs, OSCIPs
- Empresas privadas e públicas
- Poder público
- Assentamentos e comunidades rurais
- Escolas
- coletivos de Fazendeiros¹
- Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais (rural, da terra, da juventude, da criança, da água...)

¹ Coletivo importante especialmente para a BAP.

- Grupos de comunicadores (em rádio, jornal, rede...)
- Indivíduos
 - Ativistas e lideranças (em escolas, sindicatos, associações, movimentos, grupos de jovens, mulheres, ...)
 - Educandos e Egressos de processos formativos em EA que estão na Bacia do Alto Paraguai (BAP)
 - Quadros técnicos de Ongs, movimentos sociais e empresas com atuação em EA
 - Gestores públicos, de empresas e de propriedades rurais
 - Comunicadores amadores e profissionais com atuação em EA e/ou socioambiental
- **INSTITUIÇÕES FORMADORAS E PROCESSOS FORMADORES**
- 1. Instituições do Ensino Superior (IES) – bacharelado e licenciatura
 - Cursos de especialização
 - Pós-graduação (mestrados e doutorados)
 - Disciplinas e estágios (especialmente estágios de cursos de licenciatura)
 - Cursos de extensão
 - Programas de universidades
 - Grupos de trabalho e pesquisa
- 2. Outros
 - Sistema “S” (Senac, Sesc, Sesi, Senar, Senai)
 - Ongs, movimentos socioambientais, pastorais
 - OEMAS (Organismos Estaduais de Meio Ambiente), Secretarias de Educação
 - Ibamas (NEAs), Emater, Embrapa, Funai, Funasa e similares estaduais
 - Redes
 - Sebrae

Conhecer:

- O que já fez, o que faz e planejamento para futuro em EA
- Público: perfil e quantidade
- Projeto
- Recursos
- Produtos
- Materiais de apoio
- Docentes
- Contatos
- **COMUNICAÇÃO**
 - Instituições (privadas, públicas e comunitárias)
 - Alcance/Circulação/Tiragem
 - Linguagem/Tipo de comunicação
 - Público (perfil)
 - Conteúdo
 - Abertura para inserção da temática ambiental (voluntária, obrigatória e paga)

- Produtos de comunicação socioambientais e/ou comunitários (já produzidos, em produção, futuros)
- Perfil sociopolítico da linha editorial e histórico do grupo/empresa de comunicação
- Sistemas informais de comunicação (redes comunicacionais invisíveis e/ou solidárias)
- Comunicadores socioambientais (profissionais e amadores)

- EXPERIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E SOCIOEDUCACIONAIS
(Montado com contribuições da Oficina de Poconé – MT)

- Identidade
- Natureza do grupo
- Elemento aglutinador
- Interações com o mundo
- Dinâmica sociopolítica
- Localização espacial (onde e alcance da identidade territorial)
- Lideranças
- Percepção e relação com o socioambiente
- Sistema de informações (de onde vêm e como fluem informações)
- Apoio externo (institucional ou não)
- Ações e estratégias
- Resultados e produtos

- ESTRUTURAS DE APOIO (com diálogos em ações socioambientais)

- Telesalas e/ou Telecentros
- Viveiros, zoológicos, hortos
- Salas com laboratórios e outros equipamentos
- Salas Verdes
- Trilhas
- Hortas comunitárias
- Unidades de Conservação e áreas protegidas
- Auditórios, teatros e outros espaços semelhantes
- Centros, salas paroquiais e diocesanas
- Museus, bibliotecas e outros espaços semelhantes
- Centros e/ou Núcleos de Educação Ambiental (CEAs/NEAs)
- Alojamentos
- Campus avançados
- Estações de pesquisa
- Equipamentos e infra-estrutura (som, imagem, informática, energia, telefone, internet etc.)
- Transporte

Estes levantamentos devem iniciar-se com Pesquisa Documental e Bibliográfica (bibliotecas, internet, documentos das redes e movimentos...) e ter um seguimento "in loco" com equipe multidisciplinar. É interessante perceber-se o processo de mapeamento como processo de formação do PAP2.

É preciso mapear nos municípios pessoas que de fato poderão contribuir com seus diferentes conhecimentos/diferentes áreas. Para isso é preciso pensar em conseguir adesão das pessoas, para trabalhar o programa.